

“Trabalho sujo”, significado, sentido e identidade: proposição de análise integrada e perspectivas de pesquisas

JEFFERSON RODRIGUES PEREIRA ¹

KELY CÉSAR MARTINS DE PAIVA ²

HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY ³

¹ CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES, BELO HORIZONTE – MG, BRASIL

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) / FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, BELO HORIZONTE – MG, BRASIL

³ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EBAPE) / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

Resumo

O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de refletir sobre as possíveis relações entre significado, sentido e identidade do trabalho, considerando as ambiguidades e paradoxos que permeiam certas ocupações na sociedade brasileira. Para tal, foi desenvolvido um ensaio teórico considerando perspectivas acerca do “trabalho sujo”, significados e sentidos do trabalho e identidade(s). A abordagem analítica adotada permitiu identificar que a marginalização de determinadas ocupações em vez de outras possui em seu cerne aspectos muito mais complexos do que a natureza do trabalho per se. Compreender, portanto, esse fenômeno requer esforços mais robustos e mais aprofundados relativamente aos até então apresentados na literatura de identidade, significados e sentidos do trabalho e “trabalho sujo”. A tese em foco é de que há algo mais sobre ocupações com baixo prestígio e altos níveis de sujidade, que afeta negativamente o bem-estar dos trabalhadores, do que simplesmente o estigma e as manchas impressas sobre os “trabalhadores sujos”.

Palavras-chave: Significados e sentidos do trabalho. Identidade(s). “Trabalho sujo”.

“Dirty work,” meaning, sense, and identity: proposition of integrated analysis and research perspectives

Abstract

This study was developed to reflect on the possible relationships among meaning, meaningful, and identity of work, considering the ambiguities and paradoxes that permeate certain occupations in Brazilian society. It is a theoretical essay examining the perspectives on “dirty work,” meaningful, and meanings of work and identity(ies). The analytical approach allowed us to identify that the marginalization of certain occupations to the detriment of others has at its core aspects much more complex than the nature of work per se. Therefore, understanding this phenomenon requires more robust and in-depth efforts than those previously presented in the literature on identity, meaningful, and meanings of work and “dirty work”. The study proposes that there is more to low-prestige occupations considered ‘dirty work’ that negatively influences workers’ well-being than simply the stigma and stains printed on “dirty workers.”

Keywords: Meanings and Meaningful of Work. Identity(s). “Dirty work.”

“Trabajo sucio”, significado, sentido e identidad: propuesta de análisis integrado y perspectivas de investigación

Resumen

El presente estudio se desarrolló con el objetivo de reflexionar sobre las posibles relaciones entre significado, significado e identidad del trabajo, considerando las ambigüedades y paradojas que impregnan ciertas ocupaciones en la sociedad brasileña. Para ello, se desarrolló un ensayo teórico considerando perspectivas sobre el “trabajo sucio”, significados y sentidos del trabajo e identidad(es). El enfoque analítico adoptado permitió identificar que la marginación de determinadas ocupaciones tiene en su núcleo aspectos mucho más complejos que la naturaleza del trabajo en sí. Por tanto, la comprensión de este fenómeno requiere esfuerzos más robustos y profundos que los presentados previamente en la literatura sobre identidad, significados y sentidos del trabajo y el “trabajo sucio”. Según la tesis en foco, hay algo más en las ocupaciones de bajo prestígio y los altos niveles de suciedad que influye negativamente en el bienestar de los trabajadores que simplemente el estigma y las manchas impresas en los “trabajadores sucios”.

Palabras clave: Significados y sentidos del trabajo. Identidad(es). “Trabajo sucio”.

INTRODUÇÃO

O trabalho, como temática de estudos, é analisado por meio de uma gama variada de abordagens, recebendo contribuições teóricas e conceituais sobre as condições em que ele se processa e suas implicações para o indivíduo (Barros & Silva, 2004), bem como o sentido que ele assume e sua relação com a identidade (Ardichvili & Kuchinke, 2009). Sob um viés econômico, o trabalho pode assumir o significado de “fazer dinheiro” (Silveira & Medeiros, 2016). Em estudos relacionados ao comportamento organizacional, nota-se que o significado do trabalho é oriundo das interpretações subjetivas dos indivíduos e de suas vivências e interações com o meio que os circunda (Rodrigues, Barrichello & Morin, 2016). Já a psicologia social e a sociologia centram-se em uma vertente não pecuniária, enfatizando aspectos relacionados à centralidade que o trabalho assume na vida humana (Gill, 1999). Importa destacar ainda que, à luz de uma perspectiva psicossociológica, os indivíduos podem atribuir valores e significados diferentes às vivências de trabalho sob influência de sistemas culturais e sociais nos quais estão inseridos (Mills, 1976). Assim, sentido do trabalho e construção da identidade estabelecem entre si um sistema bilateral de dependência, ou seja, uma relação de dependência mútua (Ardichvili & Kuchinke, 2009). Nesse aspecto destaca-se, portanto, a crescente importância que o trabalho assume na construção de processos identitários (Bosmans et al., 2016; Brown, 2015) e de significação e atribuição de sentido dos indivíduos (Baran, Rogelberg & Clausen, 2016).

Os estudos relacionados ao sentido do trabalho e da identidade na Administração tendem a priorizar cargos de grande representação organizacional, como a alta gerência, relegando muitas vezes indivíduos e funções importantes, tanto do ponto de vista social quanto organizacional (Monteiro, Pereira, Oliveira, Lima & Carrieri, 2017). Nesse aspecto, o sistema acadêmico parece legitimar uma ideia social de trabalho vigente de que algumas atividades podem ser vistas como protagonistas, ao passo que outras assumem os bastidores da organização produtiva e da sociedade, muitas vezes envergonhando os indivíduos que as realizam, sendo estigmatizados, ocultos, sujos, invisíveis, subjugados, aviltados, silenciados, considerados como refugio de primeira classe (Borges & Mourão, 2013).

Na esfera social do trabalho, tem-se, de um lado, ocupações que dão grande prestígio e distinção social àqueles nelas inseridos, em razão da prevalência de uma noção econômica sobre o trabalho (Silva & Freitas, 2016). No Brasil, a noção de um trabalho nobre e “limpo” (isento de estigmas aviltantes) é traduzido por meio do vocábulo “profissão”, ou seja, um trabalho cujo desenvolvimento, per se, requer, dentre outros aspectos, especialização em determinada área (preparo), educação formal de nível superior e prestígio social e/ou intelectual (Coelho, 1999). No entanto, há de se destacar aqueles indivíduos que “vivem dos restos” na sociedade do trabalho, aos quais são apregoados diversos estigmas e pechas marginalizantes que os inferiorizam. A estes sujeitos resta embrenhar-se em contextos de “trabalho sujo” (*dirty work*), termo cunhado por Hughes (1958, p. 81), para referir-se às “[...] tarefas fisicamente asquerosas ou que simbolizam algo degradante ou humilhante”, ou seja, ocupações e atividades profissionais estigmatizadas, de pouco (ou nenhum) prestígio ou visibilidade social.

A divisão social do trabalho em uma sociedade como a brasileira dá-se, geralmente, de forma polarizada. De um lado estão as ocupações “limpas”, de prestígio e valoração social; de outro, estão aquelas estigmatizadas, consideradas “sujas” e impuras. Contudo é importante ressaltar que muitas pessoas na sociedade realizam trabalhos considerados “sujos”, em que algum aspecto (em parte ou no todo) é afetado pela “mancha” física, social ou moral, mesmo em uma ocupação de grande prestígio e valor social (Baran et al., 2016). Nesse mesmo sentido, Lhuillier (2009) assevera que algumas atividades estão mais associadas a “trabalho sujo” quando comparadas a outras, podendo, por conseguinte, ocupar lugares de baixa (ou nenhuma) valorização social e reconhecimento profissional para os indivíduos que as exercem. Ademais, é possível afirmar que, independentemente do indivíduo, as ocupações carregam um nível de prestígio (Treiman, 1977) e sujidade (Baran et al., 2016). É importante considerar tais aspectos dentro da estrutura teórica do trabalho e seus processos de significação, atribuição de sentido e construção identitária, porque mesmo o “trabalho sujo” pode diferir, em alguns casos, no que se refere ao prestígio ocupacional relativo, fato que, por si só, é ambíguo e, em alguns aspectos, paradoxal. Assim, a pergunta que norteia este ensaio teórico é: **como se relacionam significado, sentido e identidade do trabalho, considerando tais ambiguidades e paradoxos?**

O objetivo deste ensaio é refletir sobre as possíveis relações entre significado, sentido e identidade do trabalho, considerando as ambiguidades e paradoxos que permeiam certas ocupações na sociedade brasileira.

SOBRE O “TRABALHO SUJO”

O “trabalho sujo” é um termo cunhado por Hughes (1958) para se referir àquele tipo de trabalho percebido como repugnante ou degradante. Os indivíduos que realizam as tarefas que o compõem são, por sua vez, estigmatizados como sujos, personificando, assim, tal trabalho. O termo é utilizado para descrever o trabalho que pode estar sujo de várias formas, na medida em que pode ser fisicamente repugnante, degradante ou contrário à mais heroica das concepções morais (Adams, 2012). Essa conceituação possibilita que a divisão do trabalho seja compreendida não apenas em uma divisão técnica e social, mas também psicológica e moral. Notavelmente esse nicho de trabalho é uma necessidade social, essencial para o funcionamento adequado da sociedade, na medida em que os indivíduos que o executam, os chamados “trabalhadores sujos”, atuam em nome da sociedade arcando com as tarefas indesejáveis, embora necessárias (Ashforth & Kreiner, 1999). Em outras palavras, o “trabalho sujo” é delegado a grupos que atuam como agentes da sociedade, mas que, em contrapartida, tornam-se estigmatizados, invisibilizados e marginalizados por ela (Lhuillier, 2012). Assim, “[...] a mesma sociedade que cria a demanda e necessidade por trabalhos sujos priva aqueles que os realizam de um *status* social observado em outras ocupações ou esferas da vida social” (Bendassolli & Falcão, 2013, p. 1156). Ademais, a atividade desempenhada pode “sujar” e “manchar” o indivíduo fisicamente (trabalho nocivo ou diretamente ligado a lixo, efluente e morte), socialmente (envolve contato com grupos estigmatizados ou o trabalhador parece servir a alguém) e moralmente (a ocupação é considerada pecaminosa ou de virtude questionável).

Na tentativa de se compreender a complexidade que envolve essas relações de trabalho, há de se considerar, em primeira instância, o fato de que frequentemente o trabalho é mascarado pelo emprego, dada a prioridade que este segundo possui na vida individual e coletiva do indivíduo (Lhuillier, 2012). Desse modo, os benefícios associados ao emprego podem ser identificados em diferentes níveis, como a autoestima, a renda e a socialização. Assim, a questão do emprego recebe toda a atenção, deixando em segundo plano as condições de trabalho e outros aspectos a ela relacionados, como o significado e sentido do trabalho e a identidade e processos de identificação do indivíduo.

Bendassolli e Falcão (2013) discutem o “trabalho sujo” com base em uma tríade conceitual: a relação entre o “trabalho sujo” e a saúde; o desenvolvimento psicológico; e a qualidade (trabalho bem-feito). No que tange à relação entre “trabalho sujo” e saúde do trabalhador, salientam a importância de analisar o fato de que, em algumas correntes de pensamento, o “trabalho sujo” é antecipadamente um fator de adoecimento, sofrimento físico e psíquico e de exclusão social (Bendassolli & Falcão, 2013). Quanto ao segundo componente, os autores referem-se ao “trabalho sujo” como uma fonte capaz de promover o desenvolvimento de quem o realiza. Nessa perspectiva, é possível identificar um tipo de juízo de valor que elege, de maneira implícita, apenas as ocupações chamadas de “primeira linha” como capazes de permitir o desenvolvimento do indivíduo. Contudo o argumento principal nessa vertente de pensamento reside em não confundir o *status* social com a função psicológica do “trabalho sujo” dos indivíduos que o realizam, mesmo que, de início, pela falta de opção (Bendassolli & Falcão, 2013). Por fim, o terceiro componente relaciona-se diretamente com a ideia de qualidade (o trabalho bem-feito), discussão que constitui uma importante condição para a saúde no trabalho e para que este cumpra seu papel no processo de desenvolvimento psicológico (Clot, 2008). A não discussão de tal aspecto pode produzir o sentimento de insignificância no sujeito, dada a ruptura entre as preocupações dos indivíduos (seus desejos e aspirações) e as atividades que eles são obrigados a realizar (Bendassolli & Falcão, 2013). Diante disso, as pessoas tornam-se impedidas de se reconhecerem na própria atividade que desempenham, tornando-se seres estranhos a si mesmos, gerando o que Clot (2008) denomina ativismo sem obra, ou seja, uma atividade vazia.

SOBRE SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO TRABALHO

Entre os estudos seminais sobre os significados e sentidos do trabalho, tem-se o conduzido por Morse e Weiss (1955), cujo objetivo residia em analisar o impacto das mudanças oriundas do intenso processo de industrialização pelo qual a sociedade passava nos significados atribuídos ao trabalho, especialmente em relação à sua instrumentalização. No contexto brasileiro, a temática ainda é subexplorada (Rodrigues et al., 2016; Tolfo & Piccinini, 2007).

No campo dos estudos do trabalho, há de se considerar ainda que vários autores tendem a discutir o sentido e o significado do trabalho como variáveis semelhantes (Bispo, Dourado & Amorim, 2013; Lemos, Cavazotte & Souza, 2015) e, algumas vezes, como sinônimos (Tolfo & Piccinini, 2007). De maneira geral, a literatura acerca da temática aponta que os significados

são construídos “[...] coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto” (Tolfo & Piccinini, 2007, p. 44). Ademais, os significados que os indivíduos atribuem às suas atividades são dependentes das relações sociais nas quais estão envolvidos, possuindo, por conseguinte, um caráter multifacetado e dinâmico. Sob essa perspectiva, para os indivíduos os significados do trabalho relacionam-se com o processo de institucionalização deste na esfera social, permitindo que eles influenciem as estruturas pessoais, organizacionais e sociais do sujeito (Silveira & Medeiros, 2016). O sentido do trabalho refere-se, ainda, à significância que o indivíduo atribui à determinada tarefa que realiza, bem como às representações que relaciona a esta e a importância que ela assume na sua vida (Morin, 2004). Em termos agregados, os sentidos do trabalho “[...] são caracterizados por ser uma produção pessoal em função da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências do cotidiano” (Tolfo & Piccinini, 2007, p. 44).

Alguns estudos demonstram o sentido do trabalho fluido, ou seja, ora positivo ora negativo em dada ocupação. Por exemplo, Bosmans et al. (2016) sublinham que trabalhadores domésticos tendem a desenvolver o sentido positivo ou negativo do trabalho com base nas estratégias de enfrentamento utilizadas na tentativa de minimizar o estigma do “trabalho sujo” associado à sua ocupação. Segundo os autores, é possível identificar quatro categorias principais de estratégias de enfrentamento. Inicialmente esse segmento de trabalhadores tende a confrontar e/ou contrariar ações que em sua percepção contribuiriam para o aumento da “mancha”, recusando-se, por exemplo, a realizar tarefas “sujas”. Outras possibilidades observadas foram táticas de resignificação, por meio das quais os trabalhadores domésticos infundiram o estigma com valores positivos ou neutralizados, ignorando ou anulando seus valores negativos. Em alguns casos, nota-se ainda a aceitabilidade do “trabalho sujo”, que se trata de um processo de aceitação temporário, em que o indivíduo aceita ser um limpador até encontrar outro trabalho “mais limpo”. Há de se considerar que um processo temporário de aceitação pode ser prejudicial às instâncias subjetivas do indivíduo, uma vez que, com o passar do tempo, tal estratégia precisa ser aplicada por um período cada vez mais longo, tornando-se em seguida uma estratégia de enfrentamento mal adaptável, implicando, por conseguinte, um processo de negativização do sentido do trabalho (Bosmans et al., 2016).

Baran et al. (2016) ressaltam que algumas categorias de trabalhadores podem intencionalmente distanciar mais seu *self* de sua ocupação como uma estratégia de enfrentamento para lidar com os aspectos ameaçadores da identidade e do sentido de seu trabalho. Assim, dadas ocupações tendem a criar uma barreira psicológica entre trabalho e vida fora do trabalho como uma estratégia para não incorporar a avaliação relacionada ao trabalho que desenvolve em seu *self*, ou seja, sua representação de si (Baran et al., 2016).

A relação entre ocupações estigmatizadas, significados e sentidos do trabalho também é abordada em estudos nacionais. Pereira, Paiva, Santos e Sousa (2018) ressaltam que há de se considerar o contexto sociocultural brasileiro, que, em parte, é marcado por adversidade, preconceito, discriminação e diversas outras formas de violências contra algumas classes de trabalhadores. Corroborando tais apontamentos, sublinha-se que os sentidos e significados do trabalho na sociedade brasileira está em meio a um processo de reconfiguração, em especial ante a forte tendência de precarização e fragmentação das relações de trabalho (Irigaray, Oliveira, Barbosa & Morin, 2019), dada a observância de uma realidade social marcada por instabilidades e profundas desigualdades econômicas. Tal contexto leva a lógica oriunda do capital a sobrepujar a força humana de trabalho, desafiando e induzindo o trabalhador a sobreviver em condições instáveis e fragmentadas (Silveira & Medeiros, 2006).

SOBRE IDENTIDADES E TRABALHO

A identidade como temática de estudos é apontada como um conceito complexo e de grande relevância para diversas áreas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia e as Ciências Sociais (Dubar, 2005). De fato, há mais de uma década, Sveningsson e Alvesson (2003, p. 1163) descreveram a identidade como um dos “[...] tópicos mais populares nos estudos da organização contemporânea”, o que pode ser, ainda na atualidade, reafirmado (Brown, 2015). Um fato importante a respeito da identidade diz respeito a ela não apenas ser “crucial”, mas também “problemática”, fazendo-se necessário um constante processo de análise para compreender sua dinâmica e relação com o contexto sociocultural vigente (Alvesson & Willmott, 2002).

A literatura sobre a temática ainda é incipiente, rica em diversidade de descobertas, abordagens e teorizações, mas também marcada por fragmentações (Brown, 2015). A amplitude de definições e empregos da identidade é também observada em investigações dos Estudos Organizacionais, nas quais ela é tida como uma base de construção da transdisciplinaridade entre a Teoria das Organizações e as demais áreas do conhecimento (Marra, Fonseca & Marques, 2014). A despeito das

diversas perspectivas interpretativas da identidade, nota-se uma convergência da literatura no entendimento de que se trata de representações que os sujeitos possuem de si mesmos, sendo elas frutos de um processo contínuo de socialização (Marra et al., 2014), na medida em que procuram responder a perguntas do tipo: “como devo me relacionar com os outros?”; “devo me esforçar para me tornar o quê?”; e “[...] como tomarei as decisões básicas necessárias para guiar minha vida?” (Brown, 2015).

Uma vertente do pensamento sociológico sugere que o crescente interesse pela identidade é um sintoma das intensas mudanças sociais que dissolveram estruturas tradicionais de sociedade, intensificando, por conseguinte, as chamadas ansiedades existenciais, com a imposição de pressões crescentes sobre os indivíduos para que se construíssem “liquidamente modernos” (Bauman, 2005). Assim, a identidade é, pela própria natureza, intangível e ambivalente. Interessante sublinhar aqui a ideia de “modernidade líquida”, proposta por Bauman (2001), como uma realidade atual na qual tudo é ilusório e fluido e a “vida em sociedade” é fonte geradora de insegurança, dor e angústia. Tal realidade exige, assim, cautela em sua interpretação. Neste complexo cenário, a identidade deve ser também assim considerada, sendo inapropriada a utilização de modelos analíticos preestabelecidos visando à sua compreensão. “Numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de ‘solidificar’ o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída” (Vecchi, 2005, p. 12).

Atualmente, é possível afirmar que os fluxos dominantes da teorização da identidade residem na cognição social (Haslam, 2004), no trabalho psicanalítico de Freud (Petriglieri & Stein, 2012) e Lacan (Driver, 2009), em vertentes do poder e pós-estruturalismo (Alvesson & Willmott, 2002) e no interacionismo simbólico (Blumer, 1969). Brown (2015) salienta que, embora sejam caracterizados por suposições epistemológicas e ontológicas distintas e, por vezes, abordagens metodológicas diversas, esses fluxos não são hermeticamente fechados, pelo contrário, existem alguns interesses compartilhados e intercâmbios transfronteiriços de ideias. Importante ressaltar que o trabalho de identidade tende a ser mais necessário e intenso, ao que parece, em situações nas quais prevalece um clima de tensão e adversidades, dado que elas têm como reflexo imediato sentimentos como contradição, confusão e insegurança, que, por sua vez, tendem a levar o indivíduo a um autoexame (Brown, 2015), ou seja, a uma ameaça de identidade (Petriglieri & Stein, 2012).

Considerando tais pressupostos, entende-se aqui que os trabalhadores dependem da visão de terceiros para constituir sua identidade, em especial a ocupacional. Assim, os estigmas associados ao trabalho tendem a afetar de maneira negativa, particularmente, o senso de *self* dos indivíduos (Pereira et al., 2018). Exemplo disso são as categorias de “trabalho sujo” (Ashforth & Kreiner, 1999). Em contrapartida, o estigma do “trabalho sujo” pode ser atenuado por meio de estratégias de enfrentamento, como mecanismos defensivos utilizados por membros de “ocupações contaminadas”, a fim de criar um sentido mais positivo de si mesmo (Bosmans et al., 2016). Nesse aspecto, um dos *frameworks* de identidade, geralmente associado ao trabalho sujo, é o da identidade social, que busca explorar como a concepção de si surge da filiação a determinado grupo (Valtorta, Baldissarri, Andrighetto & Volpato, 2019). Assim, o processo de construção identitária merece atenção quando se trata de sujeitos cujos trabalhos estão à margem do socialmente prestigiado e “limpo”, visto que, conforme afirma Goffman (1963), o próprio estigma que recai sobre tais ocupações pode ser compreendido como uma identidade deteriorada.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE SIGNIFICADOS, SENTIDOS E IDENTIDADES NO TRABALHO

Centralidade do trabalho

Este estudo orienta-se epistemologicamente pela tese da centralidade do trabalho. Diversas correntes de pensamento consideram o trabalho elemento central na vida humana, em virtude de sua capacidade de prover a subsistência, a realização, bem como a de criação e manutenção da identidade pessoal e social (Rodrigues et al., 2016). Entretanto, importa salientar a existência de correntes do pensamento, tanto na Filosofia, quanto na Sociologia, que apontam a perda da centralidade do trabalho na contemporaneidade ou até mesmo o seu desaparecimento (Lima, 2003). De acordo com os adeptos dessa corrente de pensamento (Méda, 1995; Offe, 1989), as várias mudanças introduzidas nos contextos de trabalho nas últimas décadas, associadas à crise estrutural do sistema capitalista, podem ser vistas como indícios da perda da centralidade da atividade laboral. Segundo essa vertente, o trabalho deixou de ser percebido como um fundador de identidades coletivas, perdendo sua dimensão subjetiva, enquanto categoria constituidora e constituinte das formas de pensar, sentir e agir (Lima, 2003). Contudo alguns equívocos

podem ser notados nas teses dos teóricos que defendem a perda da centralidade do trabalho (Méda, 1995; Offe, 1989), como a confusão teórica entre trabalho (inerente à existência humana) e emprego (construção histórica) e discussões sustentadas basicamente em argumentação e persuasão, apresentando poucas evidências empíricas para tal (Cardoso, 2008).

Apesar de toda discussão que circunda a categoria trabalho, este tem se mostrado, ao longo do pensamento social, uma categoria sólida no que se refere a análise de aspectos sociais (Cardoso, 2008). O significado do trabalho na sociedade moderna é o de possibilitar a construção do futuro, a fim de substituir o caos pela ordem, na medida em que se torna um importante mecanismo de controle e organização social (Bauman, 2001). Nesse aspecto, cabe ressaltar que, sob a ótica de Clot (1999), o trabalho é uma atividade triplamente orientada: para o sujeito (próprios objetivos), para o real da atividade e para o outro (sociabilidade). “Assim, o significado atribuído ao trabalho, que transcende modelos individuais de referência, exerce influência no modo pelo qual o indivíduo interage socialmente, o que lhe confere a devida importância como objeto de estudo” (Silveira & Medeiros, 2016, p. 1).

Considerando o contexto das relações do trabalho na contemporaneidade, a tese da centralidade do trabalho oferece importantes contribuições para o entendimento das conexões ora propostas, em especial quando se trata de ocupações permeadas por adversidade, aviltamento e estigma. Por essa ótica, uma possibilidade é pensar que, em determinados contextos, apresenta-se com algumas fissuras que originam o sofrimento psíquico do sujeito e, em casos extremos, físico. Discussões que abarquem tal perspectiva fazem-se relevantes, dado que, segundo Dejours (2001), o trabalho é e continuará a ser uma categoria central na sociedade em face dos processos de construção de identidade, da realização pessoal, de significação e atribuição de sentido, bem como da saúde do trabalhador. Índícios de tais pressupostos podem ser notados em estudos cuja unidade de análise são ocupações que constituem algumas categorias do “trabalho sujo” tanto no âmbito nacional (Borges & Mourão, 2013; Matos, Lima, Paiva & Ferraz, 2017; Oliveira & Barros, 2019; Paiva, Pereira, Guimarães, Barbosa & Sousa 2020; Pereira, Santos, Silva, Paiva & Carrieri, 2020) quanto internacional (Löfstrand, Loftus & Loader, 2016; Valtorta et al., 2019).

Relação dialética

Neste ensaio, propõe-se uma análise de maneira mais integrada e relacional dos processos não apenas de significação e construção de sentido mas também de identidade. Notavelmente a literatura pertinente aos três assuntos apresenta fortes indícios de que ambos se constituem em um processo dialético com a sociedade. Uma parcela considerável da literatura apresenta a identidade não como estática (Brown, 2015), mas dinâmica, ou seja, sofre mutações com o passar do tempo (Dubar, 2005). Para o autor, a identidade não é dada ao indivíduo de maneira integral no nascimento, mas construída na infância e reconstruída em vários momentos ao longo da vida; a construção da identidade é um processo individual influenciado por níveis coletivos. Nesse sistema, identifica-se uma dependência do indivíduo quanto ao juízo de terceiros, bem como de suas autodefinições e orientações pessoais. Assim, a identidade pode ser compreendida como produto de um processo sucessivo de socializações (Dubar, 2005). Dentre as múltiplas dimensões da identidade, a profissional assume uma posição de destaque. “Por ter se tornado um bem raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais; por passar por mudanças impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas” (Dubar, 2005, p. 3).

Importante salientar aqui que o trabalho é compreendido como atividade (Clot, 2010). Em termos agregados, a ideia de trabalho surge da confrontação do sujeito com o real, ele é a forma por meio da qual o sujeito insere-se em um ambiente social, à medida que se personaliza. Nesse preâmbulo, Lhuillier (2009) chama atenção para o fato de que qualquer impedimento da atividade, ou do sentimento de valoração que ela proporciona ao sujeito, induz a um processo de imobilização subjetiva do indivíduo; como consequência, o sujeito se “esvazia” e tende a perder sua experiência de significado e sentido. Assim, é importante analisar o sujeito sob uma perspectiva dialética entre o “eu” e todo o seu ambiente de socialização, visto que este último influencia significativamente em seus processos mais subjetivos.

Souza e Carrieri (2012) argumentam que um indivíduo que se encaixa em um determinado papel social constrói sua identidade na relação direta ou indireta com o outro. Sendo assim, o processo de construção identitária articula-se por aspectos discursivos às práticas cotidianas. Sob essa vertente, “[...] os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (Woodward, 2000, p. 17). Desse modo, tentar estudar a identidade fora de uma esfera cotidiana pode acarretar alguns equívocos, uma vez que ela se constitui de prática e vivências diárias (Souza & Carrieri, 2012). Sob esse prisma, estudos relacionados à interseção entre os significados e sentidos do trabalho e a construção da identidade devem perpassar a análise discursiva das práticas cotidianas das pessoas, dado que a compreensão de quem o indivíduo é segue a interpretação dos sentidos de sua ação (Souza & Carrieri, 2012).

Estigma versus prestígio

O estigma é um aspecto que perpassa de maneira sutil as relações de trabalho contemporâneas. Entretanto, há de se destacar que ele é mais fortemente percebido em algumas ocupações que em outras, bem como seu julgamento social ocorre de maneira díspar, ou seja, neste as mesmas bases não são consideradas. Assim, o que é possível perceber são intensas ambiguidades, paradoxos e ambivalências que perpassam as relações de trabalho, em especial do trabalho marginal, quando assim julgado. Em um dos textos seminais sobre o assunto, Goffman (1963) ressalta que o estigma, em alguns casos, pode ser entendido como uma identidade deteriorada.

Na abordagem de categorias ocupacionais marginalizadas, como prostitutas, agentes de limpeza urbana, domésticas, dentre outros trabalhadores “manchados” pelo “trabalho sujo”, a literatura pertinente compreende três tipos de marcas (física, social e moral) que levam à estigmatização em diferentes níveis de prestígio ocupacional (Ashforth, Kreiner, Clark & Fugate, 2017; Kreiner, Ashforth & Sluss, 2006). Isso sugere que esses trabalhadores experimentam um considerável conflito interno devido à identificação ambivalente (Baran et al., 2016), o que pode desencadear uma série de desequilíbrios psicossociais, em alguns casos externalizados em problemas e mutilações físicas (Pereira et al., 2020). O estigma facilmente perceptível no “trabalho sujo”, por exemplo, é reconhecidamente nocivo para os processos subjetivos individuais, desafia a identidade dos trabalhadores, o seu sentido de ambos: “quem eu estou no trabalho” e “quem sou” fundamentalmente (Baran et al., 2016).

Importante destacar que diferentes ocupações possuem diferentes sujidades (Kreiner et al., 2006), entretanto, algumas são marginalizadas, ao passo que outras são amplamente prestigiadas pela sociedade. Em alguns casos, as ocupações julgadas mais “sujas” assumem um caráter de perversidade. Nesse contexto, o estigma é relacionado a algo mal, sujeitando à desgraça todos nele circunscritos, como é o caso das prostitutas, cujo estigma, no Brasil, dá-se em virtude de uma lógica moral cristã (Paiva et al., 2020; Pereira et al., 2020). Para esses indivíduos, tem-se como resultante um efeito de ambivalência que é o estado de “ser” deteriorado entre a identificação e desidentificação simultaneamente com a ocupação (Baran et al., 2016), o que impacta pragmaticamente no bem-estar do sujeito (Kreiner et al., 2006).

Na outra margem, o prestígio da ocupação é um importante aspecto para pensar as relações de trabalho contemporâneas, visto que, no nível teórico, ele é importante para a compreensão dos aspectos subjetivos do sujeito devido à sua potencial função de blindagem aos efeitos da pecha atribuída pelo nível de sujidade do trabalho (Ashforth et al., 2017). Um exemplo prático dessa relação pode ser uma comparação feita entre o trabalho de um médico e o de um agente de limpeza urbana. Nessa situação, ambas as classes profissionais são marcadas por elevados níveis de sujidade física (Ashforth & Kreiner, 1999); entretanto, a categoria dos médicos desfruta de um elevado prestígio social, ao passo que os agentes de limpeza urbana são marcados pelo estigma. Interessante ainda salientar que ambas as ocupações são envolvidas por tarefas com alto contágio físico (resíduos urbanos, resíduos hospitalares, objetos contaminados, doenças, furúnculos, dentre outros), mas o “trabalho sujo” de prestígio é impermeabilizado e, por conseguinte, seus efeitos deletérios são reduzidos. Baran et al. (2016) argumentam que o público pode até saber que aqueles que estão na ocupação de alto prestígio conduzem o “trabalho sujo”, mas não são atingidos pelo estigma em virtude do nível de prestígio. Ou seja, há uma grande diferença do trabalho com elevado nível de sujeira entre ocupações de alto prestígio e de baixo prestígio.

CONEXÕES TEMÁTICAS DE PESQUISA

Historicidade

Um aspecto importante para uma compreensão mais ampla dos fenômenos aqui discutidos, bem como suas interseções, relaciona-se à historicidade. Inicialmente tal temática é importante pela relação dialética que se estabelece entre significados, sentidos, identidades, relações de trabalho e contexto sócio-histórico do sujeito. Brown (2015) salienta que as identidades podem, de certa forma, ser “inventadas”, isto é, ser “criadas” e ter qualidades estéticas atribuídas, mas geralmente não são vistas como (inteiramente) obras de ficção. As memórias podem ser distorcidas, os “fatos” reinterpretados ou esquecidos, as lacunas de significado podem ser preenchidas pela fantasia, levando o indivíduo a se iludir e entender mal seus próprios motivos (Pereira et al., 2018). Ressalta-se, ainda, que a relação dialética estabelecida (discutida em linhas anteriores) assevera a observância de que os significados e sentidos do trabalho são oriundos da historicidade, isto é, do momento histórico, da cultura, da forma de existir (em alguns casos resistir) no mundo (Bitencourt, Gallon, Batista & Piccinini, 2011). Sob essa perspectiva,

alguns estudos apresentam indícios de que as questões de identidade normalmente se embasam na correlação entre o “fato” histórico e a biografia pessoal (Bitencourt et al., 2011; Brown, 2015; Pereira et al., 2020). Assim, alguns questionamentos são pertinentes, tais como: quais tipos de trabalho são socialmente admissíveis ou louváveis e o que constitui uma violação técnica da sociabilidade, ou, de fato, totalmente repreensível?

Contexto

Pensar o contexto de trabalho é uma questão de grande relevância para compreender o seu sentido e significado, bem como os processos de construção identitária. Evidentemente, o contexto de trabalho é um aspecto primordial para pensar as relações de trabalho, principalmente quando se trata de ocupações marcadas tanto pelo estigma quanto pelo prestígio social (Paiva et al., 2020). Irigaray et al. (2019) apresentam evidências de que o sentido do trabalho tem se reconfigurado em razão dos novos vínculos empregatícios e dos contextos de trabalho das pessoas. Ademais, alguns estudos evidenciam o fato de que sujeitos inseridos em contextos de elevada sujidade e baixo prestígio social tendem a experimentar um trabalho com menos significado em comparação com outros grupos de trabalhadores, o que, por conseguinte, influencia na atribuição de sentido ao trabalho e à própria vida, respectivamente (Baran et al., 2016), bem como nos processos identitários (Pereira et al., 2020). Alguns indícios ainda são percebidos pelo fato de que esses trabalhadores tendem a recorrer frequentemente a diferentes estratégias de enfrentamento, como a criação de identidades “alegóricas” (Pereira et al., 2018), elevado uso de álcool e drogas (Baran et al., 2016) e, em alguns casos, negar-se a realizar tarefas relacionadas ao seu trabalho em sua vida pessoal (Teixeira, Saraiva & Carrieri, 2015). Assim, a perda de sentido do trabalho, bem como as fragmentações identitárias podem ser vistas, em grande parte, como um reflexo da natureza do trabalho (Baran et al., 2016).

Estrutura do “trabalho sujo”

Notavelmente o “trabalho sujo” como temática de pesquisas enseja novas discussões que ultrapassem sua estrutura básica (mancha física, social, moral) – Ashforth e Kreiner (1999). Tal observância deve-se ao fato de que, em alguns casos, o mal-estar nas relações de “trabalho sujo” possui uma origem para além das proposições da literatura pertinente (Baran et al., 2016). Portanto parece que a teoria atual e a pesquisa futura devem considerar não apenas os aspectos de sujidade e prestígio sugeridos pelo quadro de “trabalho sujo”, mas também a demanda psicológica adicional que esses trabalhadores podem vivenciar. Assim, os achados de alguns estudos de que, em algumas categorias de “trabalho sujo”, a relação entre a atividade desenvolvida cotidianamente e a subjetividade do indivíduo leva-o a experimentar menos sentido do trabalho (Baran et al., 2016) merecem ser aprofundados em explorações futuras. Do mesmo modo, estudos que aprofundem a sutil e conflituosa relação entre o “trabalho sujo” e o indivíduo executor das tarefas a este relacionadas fazem-se necessários, uma vez que, na maioria dos casos de “trabalho sujo” de baixo prestígio, o estigma da ocupação é perpetrado no sujeito, ao qual é atribuída, em sua essência, a pecha de impureza, perversão e aviltamento. Sob essa perspectiva, as práticas cotidianas de trabalho adentram a vida pessoal do indivíduo, desassociando sua identidade de trabalho de sua identidade pessoal (o estar e o ser), conforme salientado por alguns estudos que investigaram as relações de trabalho no contexto da prostituição de baixo merecimento no Brasil (Paiva et al., 2020).

Interacionismo simbólico

Uma área potencial para o desenvolvimento teórico mais adicional encontra-se na consideração das ocupações que realizam o trabalho sujo da perspectiva do interacionismo simbólico e das teorias sociológicas relacionadas. Sob essa vertente de pensamento, “[...] a identidade é formada da interação entre o ‘eu’ e a sociedade. O sujeito ainda tem núcleo ou essência interior que é o ‘eu’ real, mas este é formado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores” (Hall, 2006, p. 11). Em complemento, Ennes (2013) ressalta que o interacionismo simbólico permite pensar processos identitários como relações de poder de hierarquização e classificação social de uma perspectiva de que o sujeito e o grupo social orientam suas ações de formas diferentes, baseando-se nas interações específicas em que estão inseridos. Ao refletir sobre a realidade social com base nas relações sociais, os interacionistas centram suas análises ora na “situação”, ora no “contexto”, para fazer referência à materialização das interações no tempo e no espaço (Ennes, 2013). Tais considerações ensinam as relações humanas dentro do contexto de trabalho como uma lente para o desenvolvimento da compreensão de como a personalidade, as identidades, os significados, os sentidos e os construtos relacionados se desenvolvem por meio da interação. Entretanto, quando se considera que tais interações ocorrem em um contexto de grande adversidade, violência e estigmatização, provavelmente uma dinâmica diferente vem à baila, sendo esse um ponto profícuo para a condução de estudos futuros.

Temporalidade

Williams (2012) ressalta a importância de uma dimensão temporal na construção da identidade, entretanto, ainda é rara qualquer teorização explícita a respeito da relação entre tempo e identidade. Em relação às percepções temporais, Alvesson (2010) salienta que, apesar de as identidades fornecerem um senso de coerência temporal aos sujeitos, essa questão continua a ser pouco explorada pelos estudiosos. Corroborando estes achados, Paiva et al. (2020) ressaltam que as questões temporais, por vezes, ampliam-se à medida que aprofundam as ambiguidades implícitas no trabalho de sujeitos que carregam sobre si os estigmas; assim, as consequências sobre estes se estendem para além do tempo dedicado ao trabalho, desnudando outras facetas referentes ao sofrimento ao longo deste, que têm sido desconsideradas nos estudos organizacionais. Algumas classes de “trabalhadores sujos”, como é o caso das prostitutas, sob uma lógica do capital em que o tempo é dinheiro, são submetidas a um ritmo frenético de trabalho (Lainez, 2019) que induz à negação da vida pessoal no tempo presente para reservá-la a um futuro menos “manchado”, implicando deslocamentos psíquicos danosos aos indivíduos (Blithe & Wolfe, 2017) em virtude de questões relacionadas a percepções temporais distintas (Carvalho, 2018; Güell & Yopo, 2016).

Espacialidade

Em complemento à pesquisa sobre a temporalidade, importante destacar que as relações de trabalho contemporâneas exigem que os trabalhadores sejam cada vez mais flexíveis temporal e espacialmente (Sennett, 1998). Nesse aspecto, há de se considerar uma “[...] relação dialética entre as categorias espaço e identidade, partindo do princípio de que o espaço opera como meio de produção de identificação dos indivíduos com o seu mundo social” (Pimentel & Carrieri, 2011, p. 3), bem como a observância de que a espacialidade permeia todas as relações sociais e com isso fornece bases para compreensão do processo de (re)construção e (re)significação dos significados subjetivamente compartilhados sobre si mesmo, sobre o outro e, também, sobre a própria dimensão da realidade (Berger & Luckmann, 2002). Ademais, estudos futuros que abordem a relação entre espacialidade, identidade, significados, sentidos e contexto de trabalho fazem-se necessários para a evolução teórica acerca do fenômeno em análise neste artigo.

Perspectivas metodológicas de pesquisa

Considerando as temáticas aqui discutidas, e suas respectivas teorizações, sugere-se o desenvolvimento de estudos de abordagens qualitativas, uma vez que não se busca identificar regularidades nem tendências nos dados, priorizando ouvir os sujeitos e conhecer suas respectivas experiências de vida. De acordo com Merriam (1998), essa abordagem de pesquisa abarca em seu conceito uma série de técnicas e pressupostos que possibilitam explicar e compreender fenômenos sociais com um nível elevado de profundidade e com o mínimo possível de ruptura com o contexto no qual se inserem. Corroborando esse posicionamento, Mattos (2011) salienta que esse tipo de pesquisa deve ser analisado, compreendido e utilizado em sua dimensão social.

Na medida em que estudar o “trabalho sujo” implica, necessariamente, compreensão das dimensões morais, psicossociais e econômicas que envolvem o sujeito, bem como discussão dos processos de constituição do próprio sujeito em sua dinâmica social (Bendassolli & Falcão, 2013), entende-se, portanto, como pertinente abordagens qualitativas em tais estudos, por considerar, em maior proporção, a subjetividade do indivíduo em todos os seus processos de (re)construção e (re)significação do *self*. Tendo em vista ainda a possibilidade de ocorrência de alguns equívocos no estudo da identidade, os significados e sentidos do trabalho de maneira deslocada à esfera cotidiana (Souza & Carrieri, 2012), os métodos de coleta de dados aqui sugeridos consideram em seu arcabouço a história de vida do sujeito, uma vez que as noções de memória e de tempo relacionam-se diretamente com a identidade, o sentido e o significado que o trabalho assume para os “trabalhadores sujos” e seus respectivos estigmas. Sendo assim, é importante o emprego de métodos que possibilitem a captação da subjetividade do indivíduo por meio dos sentimentos, fatos e de lembranças que exprimem vivências, favorecendo, assim, a compreensão dos significados (Joaquim & Carrieri, 2018). Tornam-se, então, potencialmente relevantes pesquisas futuras que adotem métodos etnográficos rigorosos, incluindo observações participantes e não participantes e entrevistas em profundidade com histórias e trajetórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem analítica adotada por este estudo traz como uma de suas principais contribuições teóricas a necessidade de investigações que ultrapassem as pesquisas tradicionais de identidade, significado e sentido do trabalho, considerando o estigma, o nível de sujidade e de prestígio de dada ocupação. Por meio de uma revisão integrada e em profundidade, pode-se perceber que a marginalização de determinadas ocupações possui em seu cerne aspectos muito mais complexos do que a natureza do trabalho per se. Por um lado, trabalhadores em um contexto ocupacional de baixo prestígio e elevado nível de sujidade (por exemplo, prostitutas, domésticas, agentes de limpeza urbana) enfrentam cotidianamente reflexos do estigma subjacente ao seu trabalho, muitas vezes incorrendo em sofrimento e diversos tipos de mutilações (físicas, sociais e simbólicas). Por outro, aqueles indivíduos locados em ocupações de alto prestígio e elevado nível de sujidade (por exemplo, algumas categorias de médicos e advogados) tendem a experimentar mais sentido no trabalho que realizam e menos sofrimento em razão do estigma. Notavelmente essa segunda categoria de trabalhadores experimentam mal-estar no contexto de trabalho, mas não em uma relação direta com o estigma da ocupação, como na primeira. Compreender, portanto, este fenômeno requer esforços mais robustos e mais aprofundados do que os até então apresentados na literatura de identidade, significados e sentidos do trabalho e “trabalho sujo”. Assim, investigações que ultrapassem as fronteiras triviais forneceriam importantes contribuições, lançando luz sobre categorias de trabalho muitas vezes invisibilizadas tanto pela sociedade quanto pela academia, especialmente no campo da Administração. A tese focalizada é de que há algo mais sobre ocupações com baixo prestígio e altos níveis de sujidade, que influencia negativamente o bem-estar dos trabalhadores, do que simplesmente o estigma e as manchas impressas sobre os “trabalhadores sujos”.

REFERÊNCIAS

- Adams, J. (2012). Cleaning up the dirty work: Professionalization and the management of stigma in the cosmetic surgery and tattoo industries. *Deviant Behavior*, 33(3), 149-167. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01639625.2010.548297>
- Alvesson, M., & Willmott, H. (2002). Identity regulation as organizational control: producing the appropriate individual. *Journal of Management Studies*, 39(5), 619-644. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/1467-6486.00305>
- Ardichvili, A., & Kuchinke, K. P. (2009). International perspectives on the meanings of work and working, current research and theory. *Advances in Developing Human Resources*, 11(2), 155-167. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1523422309333494>
- Ashforth, B. E., & Kreiner, G. E. (1999). ‘How can you do it?’ Dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *The Academy of Management Review*, 24(3), 413-434. Recuperado de <https://doi.org/10.2307/259134>
- Ashforth, B. E., Kreiner, G. E., Clark, M. A., & Fugate, M. (2017). Congruence work in stigmatized occupations: A managerial lens on employee fit with dirty work. *Journal of Organizational Behavior*, 38(8), 1260-1279. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/job.2201>
- Baran, B. E., Rogelberg, S. G., & Clausen, T. (2016). Routinized killing of animals: Going beyond dirty work and prestige to understand the well-being of slaughterhouse workers. *Organization*, 23(3), 351-369. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1350508416629456>
- Barros, V. A., & Silva, L. R. (2004). Trabalho e cotidiano no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. *Psicologia em Revista*, 10(16), 318-333.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bendassolli, P. F., & Falcão, J. R. (2013). Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1153-1166. Recuperado de <https://doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY12-4.psts>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2002). *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Bispo, D. D. A., Dourado, D. C. P., & Amorim, M. F. D. C. L. (2013). Possibilidades de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do Mainstream: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento Hip Hop. *Organizações & Sociedade*, 20, 717-731. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1984-92302013000400007>
- Bitencourt, B. M., Gallon, S., Batista, M. K., & Piccinini, V. C. (2011). Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 30-57. Recuperado de <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p30>
- Blithe, S. J., & Wolfe, A. W. (2017). Work-life management in legal prostitution: Stigma and lockdown in Nevada’s brothels. *Human relations*, 70(6), 725-750. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0018726716674262>
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interaction*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Borges, L. O., & Mourão L. (2013). *O trabalho e as organizações: atuação a partir da psicologia*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bosmans, K., Mousaid, S., Cuyper, N., Hardonk, S., Louckx, F., & Vanroelen, C. (2016, fevereiro). Dirty work, dirty worker? Stigmatisation and coping strategies among domestic workers. *Journal of Vocational Behavior*, 92, 54-67. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2015.11.008>
- Brown, A. D. (2015, janeiro). Identities and Identity Work in Organizations. *International Journal of Management Reviews*, 17(1), 20-40. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/ijmr.12035>
- Cardoso, L. A. (2008). A centralidade da categoria trabalho: uma análise crítica do debate sociológico contemporâneo. *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 10(1), 11-41. Recuperado de <https://doi.org/10.22409/conflu10i1.p11>
- Carvalho, E. R. (2018). Norbert Elias and the philosophical controversy surrounding the nature of time. *Time & Society*, 27(2), 155-175. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0961463X15590744>
- Clot, Y. (1999). *La fonction psychologique du travail*. Paris, France: PUF.
- Clot, Y. (2008). *Travail et pouvoir d’agir*. Paris, France: PUF.
- Clot, Y. (2010). *Le travail à coeur*. Paris, France: Découverte.
- Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro, RJ: Record.
- Dejours, C. (2001). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Driver, M. (2009). Encountering the Arugula leaf: the failure of the imaginary and its implications for research on identity in organizations. *Organization*, 16(4), 487-504. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1350508409104505>
- Dubar, C. (2005). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Ennes, M. A. (2013). Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários. *Perspectivas*, 43, 63-81.
- Gill, F. (1999). The meaning of work: Lessons from sociology, psychology, and political theory. *The Journal of Socio-Economics*, 28(6), 725-743. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S1053-5357\(99\)00054-2](https://doi.org/10.1016/S1053-5357(99)00054-2)
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. New York, NY: Simon & Schuster.
- Güell, P., & Yopo, M. (2016). The subjective texture of time: An exploratory and empirical approach to time perspectives in Chile. *Time & Society*, 25(2), 295-319. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0961463X15577260>
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Haslam, A. (2004). *Psychology of organizations*. London, UK: Sage.
- Hughes, E. C. (1958). *Men and their work*. Glencoe, Illinois: Free Press.

- Irigaray, H. A. R., Oliveira, L. B., Barbosa, E. S., & Morin, E. M. (2019). Vínculos profissionais e sentido do trabalho: uma pesquisa com professores do ensino superior. *Revista de Administração Mackenzie*, 20(1), eRAMG190070. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190070>
- Joaquim, N. F., & Carrieri, A. P. (2018). Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. *Organizações & Sociedade*, 25(85), 303-319. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1984-9250857>
- Kreiner, G. E., Ashforth, B. E., & Sluss, D. M. (2006). Identity dynamics in occupational dirty work: Integrating social identity and system justification perspectives. *Organization science*, 17(5), 619-636.
- Lainez, N. (2019). Treading water: Street sex workers negotiating frantic presents and speculative futures in the Mekong Delta. *Time & Society*, 28(2), 804-827. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0961463X18778473>
- Lemos, A. H. C., Cavazotte, F. D. S. C. N., & de Souza, D. O. S. (2017). De empregado a empresário: Mudanças no sentido do trabalho para empreendedores. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(5), 103-115. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i5.836>
- Lhuillier, D. (2009). Travail, management et santé psychique. *Connexions*, 91, 85-101. Recuperado de <https://doi.org/10.3917/cnx.091.0085>
- Lhuillier, D. (2012). A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho. *Trabalho & Educação*, 21(1), 13-38.
- Lima, M. E. A. (2003). A polêmica em torno da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. *Destarte*, 2(2), 161-194.
- Löfstrand, C. H., Loftus, B., & Loader, I. (2016). Doing ‘dirty work’: Stigma and esteem in the private security industry. *European journal of criminology*, 13(3), 297-314. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1477370815615624>
- Marra, A. V., Fonseca, J. A., & Marques, A. L. (2014). O processo de identificação organizacional ante a reforma administrativa: um estudo exploratório. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(1), 49-72. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1678-69712014000100003>
- Matos, T. M., Lima, T. C. B., Paiva, L. E. B., & Ferraz, S. F. (2017). O sentido do trabalho dos garis coletores de resíduos domiciliares. *Revista Gestão Organizacional*, 10(3), 125-143. Recuperado de <https://doi.org/10.22277/rgo.v10i3.4143>
- Mattos, P. L. C. L. (2011). “Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados”: pondo os pingos nos is de tal ressalva. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(esp.), 450-468. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000600002>
- Méda, D. (1995). *Le travail – une valeur en voie de disparition*. Paris, France: Aubier.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education. Revised and expanded from “Case study research in education”*. Hoboken, NJ: Jossey-Bass Publishers.
- Mills, C. W. (1976). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Monteiro, D. F. B., Pereira, V. F., Oliveira, L. L., Lima, O. P., & Carrieri, A. P. (2017). O trabalho sujo com a morte, o estigma e a identidade no ofício de coeiro. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(1), 77-98.
- Morin, E.M. (2004). The meaning of work in modern times. In *Proceedings of 10th World Congress on Human Resources Management*, Rio de Janeiro, RJ.
- Morse, N. C., & Weiss, R. S. (1955). The function and meaning of work and the job. *American Sociological Review*, 20(2), 191-198. Recuperado de <https://doi.org/10.2307/2088325>
- Offe, C. (1989). Trabalho: categoria-chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(10), 6-20.
- Oliveira, F. G., & Barros, V. A. (2019). O que faz um catador de materiais recicláveis? Análise do trabalho e da formação profissional das triadoras de materiais recicláveis. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, 3(2), 75-91.
- Paiva, K. C., Pereira, J. R., Guimarães, L. R., Barbosa, J. K. D., & Sousa, C. V. (2020). Mulheres de vida fácil? Tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas. *Revista de Administração de Empresas*, 60(3), 208-221. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200304>
- Pereira, J. R., Paiva, K. C. M., Santos, J. V. P., & Sousa, C. (2018). “O show tem que continuar”: encaixes e percalços do ser/ser uma prostituta. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 16(3), 151-180. Recuperado de <https://doi.org/10.19094/contextus.v16i3.32642>
- Pereira, J. R., Santos, J.V.P., Silva, A.G.C., Paiva, K.C.M., & Carrieri, A.P. (2020). Entre o sagrado e o profano: identidades, paradoxos e ambivalências de prostitutas evangélicas do baixo meretrício de Belo Horizonte. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), 391-405. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1679-395177568>
- Petriglieri, G., & Stein, M. (2012). The unwanted self: Projective identification in leaders’ identity work. *Organization Studies*, 33(9), 1217-1235. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0170840612448158>
- Pimentel, T. D., & Carrieri, A. P. (2011). A espacialidade na construção da identidade. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1), 1-21. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100002>
- Rodrigues, A. L., Barrichello, A., & Morin, E. M. (2016). Os sentidos do trabalho para profissionais de enfermagem: um estudo multimétodos. *Revista de Administração de Empresas*, 56(2), 192-208. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0034-759020160206>
- Sennett, R. (1998). *The corrosion of character*. New York, NY: Norton.
- Silva, A. L., & Freitas, M. E. (2016). Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 23(76), 37-56.
- Silveira, R. A., & Medeiros, C. R. O. (2016). O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. *Revista Brasileira de segurança pública*, 10(2), 134-153.
- Souza, M. M. P., & Carrieri, A. P. (2012). Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1), 40-64. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000100005>
- Sveningsson, S., & Alvesson, M. (2003). Managing managerial identities: organizational fragmentation, discourse and identity struggle. *Human Relations*, 56(10), 1163-1193. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/00187267035610001>

Teixeira, J. C., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2015). Os lugares das empregadas domésticas. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 161-178. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1984-9230728>

Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia e Sociedade*, 19(esp.), 28-46. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>

Treiman, D. (1977). *Occupational Prestige in Comparative Perspective*. New York, NY: Academic Press.

Valtorta, R. R., Baldissarri, C., Andrighetto, L., & Volpato, C. (2019). Dirty jobs and dehumanization of workers. *British Journal of Social Psychology*, 58(4), 955-970. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/bjso.12315>

Vecchi, B. (2005). Introdução. In Z. Bauman (Org.), *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma construção teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jefferson Rodrigues Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4837-4063>

Doutor em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor no Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes. E-mail: jeffersonrodrigues@live.com

Kely César Martins de Paiva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5185-9072>

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora associada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: kelypaiva@face.ufmg.br

Hélio Arthur Reis Irigaray

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pela FGV EAESP e PUC-Rio, respectivamente; Bacharel em Economia pela University of Northern Iowa, EUA; Professor adjunto da FGV EBAPE e do programa CIM – Corporate International Masters, da Georgetown University, Washington, EUA; Líder do tema Diversidade e Relações de Trabalho, na linha de Gestão de Trabalho (ANPAD). E-mail: helio.irigaray@fgv.br